



## **LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS.**

**“Por um sector de microfinanças profissional e duradouro”**





## **QUADRO LEGAL DO SETOR DE MICROFINANÇAS EM CABO VERDE.**

- 1. 83/VIII/2015, de 16 de Janeiro** (que estabelece o Regime Jurídico da Atividade das Microfinanças), alterada e republicada pela **Lei n.º 12/IX/2017, de 02 de Agosto**. Revoga a Lei 15/VII/2007, de 10 de setembro.
- 2. Resolução 5/2015, de 11 de Fevereiro** (que aprova o Plano Estratégico Nacional das Microfinanças 2014-2019)
- 3. Avisos (do BCV) números 4 a 15 de 2015, de 2 de Agosto** (que regulamentam a lei de Microfinanças e cria as condições para a sua implementação).
- 4. Decreto-lei nº 52/2017, de 15 de novembro** (que regula o modo de constituição e o funcionamento das mutualidades de poupança e crédito).
- 5. Decreto-lei nº 59/2017, de 15 de dezembro** (que define as atribuições, competências e condições de agrupamento das instituições de microfinanças em Uniões e Federações)
- 6. Decreto-Regulamentar nº 8/2017, de 19 de dezembro** – (que aprova e regulamenta o Plano de Contas adaptado às Instituições de Microfinanças de Cabo Verde).



**Lei 83/VIII/2015, de 16 de janeiro (LEI DAS MICROFINANÇAS)**  
**Alterada e Republicada pela Lei n.º 12/IX/2017, de 02 de Agosto**

**Âmbito**

**(art.º 2.º)**

**Aplica-se às IMFs, com exceção dos Bancos ou outras Instituições Financeiras**  
que operam neste sector nos termos da legislação que lhes é aplicável.

**Início de atividade**

**(art.º 26.º)**

**As IMFs, bem como os membros dos seus órgãos sociais e os seus gerentes, não podem iniciar a respetiva atividade enquanto não se encontrarem inscritos no registo especial do BCV.**



## **A Assembleia Nacional conferiu ao Banco de Cabo Verde, a competências de Regular e Supervisionar as Instituições de Microfinanças**

### **SUPERVISÃO (art.º 37.º)**

- ✓ Compete ao BCV, através da **Unidade de Supervisão** criada nos termos da lei Orgânica do BCV, o seguimento e a supervisão das IMFs, devendo velar pela observância das disposições do presente diploma e de outros aplicáveis, por parte dessas instituições.
- ✓ O BCV pode a todo o tempo efetuar a inspeção das atividades das IMFs.



## **REGULADOR**

**(art.º 82.º, n.º 2)**

Compete ao BCV emitir as Diretivas, Orientações e Avisos necessários à implementação das disposições aplicáveis no domínio da sua competência, visando a boa regulação e desenvolvimento do sector das microfinanças no país.

## **REGULAMENTAÇÃO**

**O Banco de Cabo Verde fez publicar, no dia 02 de Agosto de 2016, no Boletim Oficial, II Série, n.º 39, 12 Avisos.**





## **MONITORIZAÇÃO** **(art.º 38.º)**

As IMFs sujeitam-se à monitorização do Ministério das Finanças, coadjuvado pelo Ministério da Economia.

➤ Consiste essencialmente na receção de informação de carácter geral e periódica nos termos definidos por esse Ministério, sobre os serviços financeiros por eles prestados, designadamente para fins estatísticos, tendo em vista o seguimento da atividade financeira por eles desenvolvida e o seu contributo para a luta contra pobreza, sem prejuízo da salvaguarda de dados pessoais;

Resolução n.º 136/2017 de 30 de novembro cria a **Unidade de Promoção para o Desenvolvimento das Microfinanças (UPDM)**.



## CATEGORIA DE INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS

**(conforme a natureza das operações que são autorizadas a desenvolver)**

**(art.º 6.º, 7.º e 8.º)**

**Categoria A** – Instituições de microfinanças que recebem depósitos, captam poupanças do público, concedem créditos e praticam outros serviços financeiros para o público em geral; (Caixas económicas, caixas de poupança postal, caixas de crédito rural).

**Prazo de 90 dias para a decisão (art.º 13.º).**



**Categoria B** – Instituições de microfinanças que apenas recebem depósitos e captam poupanças, exclusivamente dos seus membros ou sócios, concedem créditos e praticam outros serviços financeiros a favor dos mesmos ou terceiros; (Cooperativas de poupança e crédito, mutualidades de poupança e crédito).

**Prazo de 90 dias para a decisão (art.º 20.º).**

**O exercício da atividade de instituições de microfinanças de categoria B, depende de registo ou inscrição no Banco de Cabo Verde, artigo 18.º e 19.º)**





**Categoria C** – Instituições de microfinanças que intermedeiam a captação de depósitos no território nacional e junto da diáspora Cabo-verdiana e refinanciam as outras instituições de microfinanças; (Intermediários de captação de depósitos).

Os intermediários de captação de depósitos podem registar-se para exercer funções de intermediação de captação de depósitos por conta de uma entidade habilitada a captar depósitos, nos termos e limites estabelecidos pelo BCV.



## **AUTORIZAÇÃO**

**(art.º 11.º)**

✓ A constituição de IMFs de Categoria A, designadas de microbancos, depende de autorização especial a conceder pelo Conselho da Administração do BCV, ouvidos os membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Economia.

✓ O exercício da atividade de IMFs de categoria B, depende de registo ou inscrição no BCV, nos termos dos artigos seguintes ( Registo de IMFs Categoria B - art.º 18.º e segs.).



## **CADUCIDADE DE AUTORIZAÇÃO** **(art.º 22.º)**

- ✓ A autorização de exercício caduca se a entidade requerente não iniciar a atividade no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da data da sua concessão.
- ✓ O prazo pode ser prorrogado pelo BCV, à solicitação fundamentada da entidade requerente, ouvidos os membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Economia.



## REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

(art.º 23.º)

- ✓ **A autorização pode ser revogada**, se se verificar algumas das situações previstas no artigo 23.º: falsas declarações, sessação de atividade, falta de idoneidade, infrações graves no exercício da atividade, não cumprimento das obrigações com os credores, incumprimento de leis.
- ✓ A falta de idoneidade pode não ser fundamento de revogação da autorização se, no prazo que o BCV estabelecer a instituição proceder à designação de outro membro da direção cujo registo seja aceite (artigo 23.º, n.º 2).
- ✓ A decisão de revogação deve ser fundamentada e comunicada à instituição no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for tomada.
- ✓ Da decisão que revogue o pedido de autorização cabe recurso contencioso, nos termos da lei.



## INSTRUÇÃO DO PEDIDO (art.º 12.º)

✓ O pedido é dirigido ao Governador do BCV, com os documentos exigidos no artigo 12.º e suas alíneas, cumulativamente.

✓ O BCV pode solicitar aos requerentes informações complementares e levar a cabo as averiguações que considere necessárias, nomeadamente quanto à origem e proveniência dos fundos a alocar à instituição, a idoneidade, experiência ou competência dos requerentes a constituir.





## DEPÓSITO PRÉVIO

(art.º 14.º)

✓ Com o pedido de constituição de um Microbanco os requerentes devem efetuar, no BCV, um depósito prévio indisponível no montante de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), envio do comprovativo com o processo (Categoria A – Microbanco).

ESCUDOS



## **VISTORIA**

**(art.º 15.º)**

- ✓ Antes de decidir o pedido o BCV deve vistoriar a adequação das instalações onde funciona a instituição à atividade que a mesma se propõe desenvolver. (Categoria A – Microbanco)
- ✓ O BCV pode, porém, dispensar a vistoria prévia caso considere credíveis as informações prestadas pelo requerente no que tange à adequabilidade das instalações.



## **FALTA DE REQUISITOS**

**(art.º 34.º)**

- ✓ A falta, originária ou superveniente, dos requisitos é fundamento de recusa ou de cancelamento oficioso do registo especial no BCV.
- ✓ O BCV, sempre que considerar necessário, antes de recusar ou cancelar o registo, fixa um prazo para ser alterada a composição dos órgãos de administração ou fiscalização em causa.
- ✓ A falta de regularização no prazo fixado é fundamento para ser revogada a autorização nos termos do artigo 23.º.



**IMFs de Categoria B**  
**Cooperativas de crédito (elementos de ligação)**  
**(art.º 52.º)**

✓ Os associados de uma mesma cooperativa de poupança e crédito devem possuir uma ligação entre si, baseada numa relação preexistente que pode resultar de um dos seguintes fatos:

*a) Possuírem a mesma profissão ou ocupação, serem empregados de uma mesma entidade ou dedicarem-se a um mesmo negócio ou ramo de atividade;*

*b) Serem membros de uma mesma associação ou organização, de carácter social, religioso, sindical ou outro;*

*c) Residirem na mesma circunscrição territorial.*



## SUPERVISÃO

Atividade exercida pelo BCV e que consiste particularmente na fiscalização e acompanhamento do cumprimento das normas de natureza prudencial nomeadamente sobre o rácio de solvabilidade, reservas obrigatórias e limites de risco, tendo em vista a proteção do sistema financeiro e a segurança dos fundos do público depositados em cada instituição, nos termos da respetiva Lei orgânica e da lei geral sobre as instituições financeiras (LAIF).

O BCV iniciará esse exercício, em Janeiro de 2019, por força das alterações introduzidas pelo art. 81.º, n.º 2 da Lei de Microfinanças, pela Lei n.º 12/IX/2017, de 02 de Agosto.





## **REGULAMENTAÇÃO**

**(art.º 82.º, n.º1)**

O Governo já regulamentou todos os aspetos necessários à boa execução da Lei de Microfinanças, cujo período previsto era de 6 (seis) meses a contar da data da sua entrada em vigor.

## **Regulamentação**

**(art.º 82.º, n.º 2)**

O BCV já emitiu as Diretivas, as Orientações e os Avisos necessários a uma boa regulação e desenvolvimento do setor das microfinanças no país, conforme lhe competia.





**Falta as Associações e outras Instituições que praticam microfinanças promover a separação das funções de cariz social, das de microfinanças, para que as suas atividades passam a ser exercidas por uma entidade jurídica distinta da Associação e, adaptar-se às demais disposições da Lei de Microfinanças.**

**E efetuar o respetivo registo junto do Banco de Cabo Verde, até 31 de dezembro de 2018.**





## **Registo especial**

### **Artigo 24.º**

- ✓ As IMFs estão sujeitas a registo especial no BCV, devendo identificar: o objeto, a data e forma de constituição, a data de publicação dos Estatutos no *B.O.*, o lugar da sede, o lugar e a data de criação de delegações ou agências, se houver, identificação dos membros dos órgãos sociais e as alterações que se verificarem nos elementos referidos nas alíneas anteriores.
- ✓ As alterações relativas aos elementos de registo especial estão sujeitas a autorização prévia do BCV.
- ✓ Os pedidos de alteração são efetuados mediante requerimento a ser entregue no BCV, acompanhados de minuta contendo as disposições estatutárias que se pretende alterar.



**Dispensa de procedimentos, obrigação de registo,  
Segregação de atividades  
(art.º 81.º)**

As associações e outras instituições que praticam microfinanças no país à data da entrada do presente diploma ficam dispensadas dos procedimentos de autorização de exercício de atividade previstos nos artigos 18.º e seguintes.

✓ Nos casos referidos no número anterior, as associações e outras instituições que praticam microfinanças devem promover a segregação das funções de cariz social das de microfinanças, para que as suas atividades passam a ser exercidas por entidades jurídicas distintas, **adaptar-se às demais disposições da presente lei**, bem como fazer o respetivo registo no Banco de Cabo Verde, até 31 de dezembro de 2018.



## REQUISITOS DA AUTORIZAÇÃO (art.º 19.º)

✓ A autorização de registo ou inscrição é concedida se a instituição requerente preencher os seguintes requisitos:

a) . . .

b) Demonstrar possuir os fundos mínimos fixados pelo BCV para o exercício da atividade microfinanceira pelos diferentes tipos de operadores;

c) . . .

d) Apresentar um plano de desenvolvimento da sua atividade, designadamente, em matéria de implantação, concessão de microcrédito e o resultado esperado quanto à inserção social e económica das comunidades visadas.





**“Por um sector de microfinanças  
profissional e duradouro”**

ESCUDOS





**Obrigado pela atenção**

**Júlio Dias**



**Banco de Cabo Verde**

ESCUDOS

